

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB) – Comunicação de Líder:**

Minha cara Ver.^a Mônica Leal, presidente da Câmara, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, mais uma vez falo hoje sobre o trágico projeto que o governo Eduardo Leite encaminhou e está em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. A proposta do governador, a argumentação, a justificativa é, primeiramente, evitar o crescimento vegetativo da folha de pagamento dos servidores públicos. E o segundo grande objetivo da proposta é conter o déficit previdenciário. Com relação ao crescimento da folha, é preciso falar sobre as conquistas que se alcançou durante décadas. E com relação ao déficit há uma conversa furada, Ver. Cláudio, de que, na verdade, o déficit previdenciário é culpa do trabalhador brasileiro. Não dá tempo aqui para falar sobre o tema, vou falar mais especificamente em outra oportunidade, a questão é o tamanho do desemprego no Brasil: isso gera déficit e diminui as contribuições do trabalhador, é por isso o déficit. Neste projeto se fala, repito, do crescimento vegetativo, e se fala no déficit. Nada se diz sobre o sistema. Se busca jogar nas costas do servidor público os problemas do Estado do Rio Grande do Sul, mormente no que tange, no que diz respeito aos problemas de déficit de caixa. Nós não podemos olhar o déficit apenas sob o ângulo da despesa, nós temos que ter um olhar sobre a receita. Nós estamos empurrando toda a carga em cima do servidor público. E aqueles benefícios fiscais que consomem bilhões de reais por ano? Fala-se fala em uma auditoria, maior transparência e nada se faz, o tamanho da sonegação é astronômico, nada no projeto fala disso. Nós temos a questão da dívida pública, e a recuperação das fianças do Estado do Rio Grande do Sul passa pela renegociação da dívida pública em Brasília que busca terminar com a Lei Kandir; nenhum deputado do Rio Grande do Sul se manifesta – ou quase nenhum – sobre isso, apenas falam sobre os projetos que estão aí e que fazem com que apenas o servidor público gaúcho, o servidor do Estado do Rio Grande do Sul vá suportar todo o prejuízo sobre si, numa busca louca de tentar recuperar as finanças do Estado em cima do servidor público do Rio Grande do Sul, isso é inadmissível e nós não acreditamos que os deputados gaúchos votem favoravelmente a esse tipo de projeto que mexe com os professores, com a educação, com a segurança, com a saúde e com todas as áreas do serviço público aqui do nosso Estado. Péssimo e criminoso projeto! Muito obrigado. (Texto sem revisão final.)